

CPI do Bela Vista acusa sete pessoas de negligência

Ex-diretores e secretários de Habitação, representantes do Movimento de Luta pela Moradia e o ex-prefeito Percival de Oliveira estão na berlinda

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades na construção do Loteamento Bela Vista, no bairro Estação, concluiu seus trabalhos com a apresentação do relatório final. No documento, a vereadora Josi Paz (PSB), relatora do processo, pediu o encaminhamento do material ao Ministério Público para a responsabilização de sete pessoas. São ex-integrantes do governo Percival (Leone Kaiser Bozzetto, José Carlos Ávila, Dorivaldo da Silva e Adriano de Mello), que atuaram como diretores e secretários de Habitação; o próprio ex-prefeito e integrantes do Movimento de Luta pela Moradia (Janir Teodoro e Clecy Aparecida da Rosa Mendes), indicados pela ONG para acompanhar a execução dos trabalhos.

Durante as investigações, foram analisados milhares de documentos e ouvidas dez testemunhas. Segundo o presidente da CPI, Talis Ferreira (PR), os acusados produziram provas que permitiram à empresa responsável pela execução das 166 casas, a construtora ProjetoCidades, receber, junto ao banco Economisa, agente financeiro do programa, por obras inacabadas e até mesmo não realizadas. A comissão concluiu que houve omissão do poder público e dos seus agentes no acompanhamento e na fiscalização.

Segundo a vereadora Josi, durante as oitivas, várias vezes foi dito que os ocupantes das casas, apesar dos problemas, estão vivendo em situação melhor do que antes, quando se abrigavam em barracos e embaixo de lonas. "Na verdade, a Prefeitura tirou estas pessoas de uma situação de risco e as colocou em outra, pois há casas que podem desabar a qualquer momento sobre os seus moradores", ataca.

A comissão se ateve à postura dos agentes públicos envolvidos no projeto, segundo o presidente Talis Ferreira, porque a empreiteira, o banco Economisa e a Prefeitura já estão respondendo pelas irregularidades em uma ação judicial, proposta pelo Ministério Público. Como este programa habitacional era do governo federal, a Prefeitura apenas aderiu. O agente financeiro havia sido definido pela União e a empreiteira esco-

ro havia sido definido pela União e a empreiteira escolhida pelos futuros beneficiários, a partir da análise de algumas propostas.

"Está muito claro que as pessoas envolvidas se omitiram na tarefa de fiscalizar a execução e garantir que as casas tivessem boas condições de habitabilidade", afirma Josi. No relatório, há um levantamento fotográfico mostrando moradias sem forro, sem piso, com janelas e portas apodrecidas, fios expostos, vigas e paredes rachadas. "Estas construções jamais poderiam ter sido liberadas para ocupação", acrescenta.

comprometendo-se a providenciar o seu planejamento, administrando o trabalho social de mobilização dos beneficiários e zelando pela sua construção, de forma que acompanharia a obra até o término de sua execução e reportando ao banco Economisa qualquer irregularidade", aponta o relatório. Obviamente, isso não ocorreu.

Josi ressalta que, na mesma linha, no contrato firmado com o governo estadual, constou que era dever do município acompanhar e fiscalizar os acertos com terceiros para execução dos objetivos do convênio,

para alertar os técnicos da empresa. Engenheiros mineiros teriam vindo à cidade depois disso e informado que, pelo valor, os serviços estavam dentro do esperado;

- a Empresa ProjetoCidades foi vendida e a nova proprietária não foi localizada. Contudo, a administradora na época da construção do Bela Vista, Nalá de Souza Flech, diz que, quando assumiu o empreendimento, o valor já estava

defasado;

- a isso, teriam se somado outras dificuldades, como a falta de infraestrutura dos lotes. Muitos terrenos não teriam sido deixados em condições de uso pela Prefeitura;

- o maior problema, entretanto, teriam sido os roubos e o vandalismo. Durante a noite e aos finais de semana, bandidos invadiam as casas e levavam fios, canos, pias, sanitários, portas e janelas, o que teria

exigido inúmeros consertos.

- No dia 2 de maio de 2012, o promotor de Justiça, Tomás Henrique de Paula Colleto, ingressou com uma ação civil pública na Justiça buscando a reforma e a reconstrução das 166 casas. Embora os réus (Prefeitura, construtora ProjetoCidades e banco Economisa) já tenham sido condenados, as obras ainda não foram realizadas, graças a recursos judiciais.



COMISSÃO foi formada pelos vereadores Juarez, Talis, Josi, Joel e Valdeci. Relatório está com o presidente Cristiano Braatz para votação na sessão desta quinta

Contratos definiram o papel do Município na execução do projeto

O relatório aponta que a responsabilidade dos agentes públicos na situação fica evidente a partir da leitura do contrato entre o banco Economisa e a Prefeitura. O texto prevê que o projeto arquitetônico, especificação dos materiais, serviços e métodos cabiam ao Município. "Ou seja, o Município de Montenegro assumiria a integral responsabilidade pela produção das unidades habitacionais, comprometendo-se a providenciar o seu planejamento,

responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos relativos às obras e/ou serviços de engenharia. "E muito embora a obra tivesse acompanhamento de fiscais da Prefeitura Municipal, de uma comissão de obras com futuros moradores e do Conselho Municipal de Habitação, os atos se deram de forma ineficiente, causando execuções inadequadas e finalizações indevidas do Loteamento", acusa a relatora. A Administração também



PISOS quebrados nos banheiros são problema comum na maioria das residências



PORTAS e janelas apodreceram rapidamente e até pedaços de parede já caíram



SAIBA MAIS

Na verdade, a Prefeitura tirou estas pessoas de uma situação de risco e as colocou em outra, pois há casas que podem desabar a qualquer momento sobre os seus moradores.

Josi Paz
Vereadora e relatora da
CPI do Loteamento Bela Vista

- O Loteamento Bela Vista, construído no bairro Estação, é fruto de uma parceria entre a União, Estado e Município. Para cada unidade, foram destinados R\$ 10.500,00;

- para a implantação do núcleo, o agente financeiro es-

colhido pelo governo Federal, por meio de leilão, foi o Banco Economisa, de Minas Gerais, que contratou a empresa ProjetoCidades, de Lajeado, para a obra, após opção feita

pelos beneficiários da obra. Ao Município coube a infraestrutura da área e a fiscalização do trabalho;

- a Administração Percival sempre alegou que, com o dinheiro disponível, não havia como construir moradias melhores;

- sobre a qualidade das obras, o governo garantiu que enviou relatórios ao Banco Economisa. Uma arquiteta da Prefeitura foi a Minas Gerais

